



A TEORIA DO ESTADO DE DANTE ALIGHIERI NA VISÃO DE HANS KELSEN*

HANS KELSEN ON DANTE ALIGHIERI'S POLITICAL PHILOSOPHY

Oliver Lepsius

Professor Catedrático de Direito Público e Teoria Constitucional na Universidade de Münster, Alemanha.

Resumo

O primeiro livro escrito por Hans Kelsen (1881-1973) foi uma investigação abrangente de “A Monarquia” de Dante Alighieri (1265-1321). Por que Kelsen se interessou pela teoria política medieval? Este artigo aborda o tratamento dado por Kelsen à teoria do Estado de Dante e questiona o que se pode inferir da leitura de Dante feita por Kelsen para o desenvolvimento intelectual do jovem Kelsen, seu interesse futuro de pesquisa e suas convicções filosóficas.

Palavras-chave: Kelsen. Dante. Estado. Monarquia. Teoria Política Medieval.

Abstract

Hans Kelsen's first book was a thorough investigation of Dante's *The Monarchia*. Why did Kelsen become interested in medieval political theory? This article deals with Kelsen's treatment of Dante's political philosophy and asks what one can infer from Kelsen's reading of Dante for the intellectual development of the young Kelsen and his further research interests and philosophical convictions.

Keywords: Kelsen. Dante. State. Monarchy. Medieval Political Theory.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Não deixa de ser surpreendente que o primeiro livro de Hans Kelsen trate de um assunto que ele nunca abordou novamente: teoria política medieval. É acidental que o primeiro trabalho acadêmico de Kelsen seja um estudo sobre Dante e sua teoria política? Neste artigo, discutirei as origens do livro de Kelsen: por que ele o escreveu?; o que o atraiu em Dante?; ele representa Dante corretamente?; e o que aprendemos sobre Kelsen com este livro, a formação de seu universo intelectual e sua agenda de pesquisa?

2. A GÊNESE DO LIVRO DE KELSEN SOBRE DANTE

Kelsen, inicialmente, não queria se tornar um jurista. Sob a influência do modernismo vienense e com um julgamento maduro para os desenvolvimentos intelectuais que mais tarde o levaram a ter contato com o *Wiener Kreis*, ele pretendeu estudar filosofia, matemática e física¹. As dificuldades para encontrar um emprego o fez reconsiderar essa pretensão. Como ele conhecia juristas entre os amigos dos seus pais e pretendia se tornar juiz futuramente, acabou se matriculando na Faculdade de Direito². No entanto, em seus primeiros semestres, sendo obrigado a assistir as aulas bastante entediadas sobre história do direito, Kelsen não se sentiu atraído pelo direito. Em suas reminiscências, ele revela um interesse voltado para a cultura antiga, para as questões sociais contemporâneas e, claro, para questões filosóficas³.

Foi a curiosidade de Kelsen que o fez escrever o estudo “*Die Staatslehre des Dante Alighieri*”, o qual foi publicado, em 1905, no *Wiener Staatswissenschaftliche Studien*⁴. O tema foi selecionado por ele mesmo e se mostra original em todos os aspectos⁵. Não se trata da tese de doutorado de Kelsen, pois o doutorado em direito na

* Artigo traduzido do inglês “*Hans Kelsen on Dante Alighieri’s Political Philosophy*” publicado em *The European Journal of International Law*, Vol. 27, n. 4, 2017, em cotejamento com a versão original em alemão “*Die Staatslehre des Dante Alighieri in der Sicht Hans Kelsens*”, publicado em *ZNR – Zeitschrift für Neuere Rechtsgeschichte*, Ano 37, n. 1/2, 2015. Tradução do inglês por Samuel Araujo de Oliveira e Octavio Campos Fischer. Revisão da tradução e cotejamento com a versão original em alemão por Marcos Augusto Maliska.

¹ Ver Jabloner, ‘Objektive Normativität: Zu einem Bezugspunkt von Reiner Rechtslehre und Wiener Kreis’, em R. Walter, W. Ogris e T. Olechowski (eds), *Hans Kelsen – Leben – Werk – Wirksamkeit* (2009) 169; também em C. Jabloner, *Methodenreinheit und Erkenntnisvielfalt* (2013) 337. Sobre o clima intelectual em Viena por volta de 1900, ver A. Janik e S. Toulmin, *Wittgenstein’s Vienna* (1973); C. Schorske, *Fin de Siècle Viena: Politics and Culture* (1979); sobre a situação política, ver J.W. Boyer, *Political Radicalism in Late Imperial Vienna* (1981). A amizade e os conhecidos de Kelsen, Ludwig von Mises, Otto Weininger e Sigmund Freud são mencionados por Walter, ‘Nachwort’, em H. Kelsen (ed.), *Was ist Gerechtigkeit?* (2000) 59, 63.

² Kelsen, ‘Autobiographie (1947)’, em M. Jestaedt (ed.), *Hans Kelsen Werke (HKW)* (2008), vol. 1, 29, 34. Ver também, referindo-se à autobiografia, R.A. Métall, *Hans Kelsen: Leben und Werk* (1969), em 4-5. Sobre a vida e obra de Kelsen, ver também R. Walter, *Hans Kelsen: ein Leben im Dienste der Wissenschaft* (1985), em 1; H. Dreier, *Rezeption und Rolle der Reinen Rechtslehre* (2001), pp. 17–35, com mais referências.

³ Cf. Kelsen, nota 2 *supra*, em 34.

⁴ H. Kelsen, *Die Staatslehre des Dante Alighieri* (1905), E. Bernatzik e E. von Philippovich (eds), *Wiener Staatswissenschaftliche Studien*, série 6, vol. 3), também em *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, 134-300. O livro foi reimpresso nos EUA três vezes entre 2010 e 2013. Sobre origem e contexto, ver *HKW*, nota 2 *supra*, volume 1, em 598-601.

⁵ Kelsen, no entanto, já tinha acesso a traduções alemãs de “A Monarquia”. Ele lista três traduções alemãs, ver Kelsen, nota 4 *supra*, p. 49 (também em *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, p. três traduções de “A Monarquia”. A primeira é de Herold zu Basel 1559, a segunda de J Kannegiesser e finalmente a já mencionada versão de Oskar Hubatsch.” Depois de uma tradução anterior de “A Monarquia” por C. Sauter (1913), temos agora a edição de estudo. Imbach e Flüeler, ‘Introduction and Commentary’, em D. Alighieri, *The Monarchia* (1989). Esta tradução também é usada como base neste ensaio.

Universidade de Viena exigia apenas a conclusão da graduação e uma prova oral de doutorado, não incluindo a tese escrita, como também era comum, naquela época, nas universidades do sul da Alemanha. Kelsen tomou conhecimento pela primeira vez da obra de Dante, especificamente *A Monarquia*, publicada pela primeira vez em 1310-1320⁶, durante uma aula ministrada por Leo Strisower (1857-1931). Strisower era *Privatdozent* e tinha sido recém nomeado professor associado da Universidade de Viena, após trabalhar mais de 20 anos como professor particular⁷. Depois que Kelsen aprofundou, por conta própria, seu interesse pela obra “*A Monarquia*”, e confirmado que nenhuma monografia tratava da teoria do Estado de Dante, ele voltou sua atenção para Strisower na busca de um relato da teoria do Estado de Dante no contexto da teoria filosófica da sua época. Strisower, no entanto, desaconselhou o estudo, dada a superabundância de literatura sobre Dante e recomendou que Kelsen primeiro completasse seu doutorado. Kelsen não seguiu o conselho, e seu trabalho sobre a teoria do Estado de Dante foi publicado antes mesmo de concluir seu doutorado⁸.

Naquela época, a teoria do Estado de Dante raramente era tratada fora da Itália, e o trabalho sobre ele na própria Itália era também limitado, porque “*A Monarquia*” havia sido apreendida pelo Index Papal em 1881. Kelsen redescobriu Dante para o campo da filosofia política (*Staatsphilosophie*)⁹. Mesmo assim, a filosofia política alemã ainda marginalizou “*A Monarquia*” de Dante¹⁰. Uma exceção foi Hermann Conrad, que mais

⁶ Kelsen, nota 4 *supra*, em 48-49, considera 1318 como a data de origem, seguindo F.X. Kraus. Isso é condizente com pesquisas recentes, que datam principalmente “*A Monarquia*” entre 1316 e 1321; mas, a data exata ainda é disputada. Atualmente, supõe-se que foi elaborada após a campanha italiana de Henrique VII. Fixando a data entre 1308 e 1313, ver Bezzola e Ringger, ‘Article Dante Alighieri’, in *Lexikon des Mittelalters* (1986), v. 3, em 549; J. Miethke, *De potestate papae* (2000), em 156, n. 450.

⁷ Kelsen, nota 2 *supra*, p. 35; Métall, nota 2 *supra*, p. 6, 43. Para Strisower, ver *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, em 35, n. 35; Kunz, ‘In Memoriam Leo Strisower’, 7 *Revue de Droit International* (1931) 419. Strisower também é de Brody/Galiza, terra natal do pai de Kelsen.

⁸ Kelsen, nota 2 *supra*, p. 35-36; Métall, nota 2 *supra*, 7.

⁹ Enquanto isso, o interesse pela obra “*A Monarquia*” naturalmente aumentou muito. A literatura recente inclui: F. Cheneval, *Die Rezeption der Monarchia Dantes bis zur Editio princeps im Jahre 1559* (1995); R. Imbach, Dante, *La philosophie et les laics: Initiation à la philosophie médiévale* (1996); A. Cassell, *The Monarchia Controversy* (2004); Miethke, nota 6 *supra*, em 156-161.

¹⁰ Ver também E.-W. Böckenförde, *Geschichte der Rechts- und Staatsphilosophie* (2002), em 289; anteriormente W. Fikentscher, *Methoden des Rechts in vergleichender Darstellung* (1975), vol. 1, em 300, 379, 389-390; vol. 2, em 18-19, 29. Ver também Bielefeldt, ‘Von der päpstlichen Universalherrschaft zur autonomen Bürgerrepublik. Aegidius Romanus, Johannes Quidort von Paris, Dante Alighieri e Marsilius von Padua im Vergleich’, 104 *Zeitschrift für Rechtsgeschichte Kanonistische Abteilung* (1987) 70, em 94-101; visões gerais podem ser encontradas em Rheinfelder, ‘Dante Alighieri 1265-1321’, em H. Rausch (ed.), *Politische Denker I* (6ª ed., 1987) 69; Herde, ‘Dante als Sozialphilosoph’, em E. Mock e G. Wiland (eds), *Rechts- und Sozialphilosophie des Mittelalters* (1990) 83; Lüddecke, ‘Dantes Monarchia als politische Theologie’, 37 *Der Staat* (1998) 547; ver também Schmidt, ‘Dante und die strafrechtliche Praxis seines Zeitalters’, 9 *Dante-Jahrbuch* (1936) 52.

tarde se ocupou da obra de Dante como nenhum outro jurista alemão¹¹. Nos estudos alemães que tratam da teoria do Estado e da filosofia política do século XIV, é bastante comum se enfatizar os heróis de Munique, Marsílio de Pádua e Guilherme de Ockham. Esta posição é plenamente justificada, porque seus escritos abordam perfeitamente o conflito entre o imperador e o papa¹². Ao final de sua investigação, Kelsen também enfatiza a importância e a clareza da obra “*Defensor Pacis*” de Marsilius e reconhece que só a “*Divina Comédia*” mantém viva a memória do autor de “*A Monarquia*”.

O que estimulou Kelsen tão intensamente a lidar com um texto que ele mesmo não avaliou plenamente de forma positiva? Minha tese é que o primeiro trabalho de Kelsen demonstra seu interesse por questões de filosofia do direito em um contexto social e político concreto. “*A Monarquia*” ofereceu-lhe a oportunidade de abordar o pano de fundo político de posições epistemológicas. Portanto, forneceu-lhe não apenas conhecimentos em epistemologia e filosofia política medieval, mas também um campo de treinamento para a crítica da ideologia. Mas, antes de discutirmos sua investigação, talvez seja apropriado dizer algumas palavras sobre Dante, seu tempo e a obra “*A Monarquia*”, que se encontra no centro do trabalho investigativo de Kelsen¹³.

3. A TEORIA DO ESTADO DE DANTE ALIGHIERI

Dante Alighieri (nascido em 1265 em Florença), o maior poeta da Idade Média, ganhou sua vida como político local e diplomata¹⁴. Ele esteve ativamente envolvido na política em Florença desde os seus 24 anos: ele participou em 1289 da vitória dos Guelfos Florentinos sobre os Gibelinos e, posteriormente, ocupou vários cargos,

¹¹ H. Conrad, *Dantes Staatslehre im Spiegel der scholastischen Philosophie seiner Zeit* (1946); edição revisada publicada em *27 Deutsches Dante-Jahrbuch* (1948) 43; H. Conrad, *Deutsche Rechtsgeschichte: Frühzeit und Mittelalter* (1954), em 329-330, 384; Conrad, ‘Dante’, em Görresgesellschaft (ed.), *Staatslexikon* (6ª ed., 1958), v. 2, em 534-537; Conrad, ‘Recht und Gerechtigkeit im Weltbild Dante Alighieris’, em C. Bauer et al. (eds), *Speculum Historiale*, Festschrift Johannes Spörl (1965) 59; Conrad, ‘Der Reichsgedanke bei Dante und Nikolaus von Kues’, em H. Conrad, H. Friedrich e B. Haussler, *Dante: Der Dichter des Abendlandes* (1969) 21. Para a interpretação de Conrad de Dante, veja nota 66 abaixo.

¹² Considere, especialmente, Miethke, nota 6 *supra*, em 204ff, 248ff; ver também Miethke, ‘Politische Theorien im Mittelalter», em H.-J. Lieber (ed.), *Politische Theorien von der Antike bis zur Gegenwart* (1991) 47; Miethke, ‘Marsilius von Padua: Die politische Philosophie eines lateinischen Aristotelikers des 14. Jahrhunderts’, em H. Brockmann et al. (ed.), *Lebenslehren und Weltentwürfe im Übergang vom Mittelalter zur Neuzeit* (1989), 52; J. Miethke, *Ockhams Weg zur Sozialphilosophie* (1969).

¹³ Kelsen, nota 4 *supra*, p. 148 (também em *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, p. 295). Sobre aspectos filosóficos na “*Divina Comédia*” de Dante, ver J. Petersen, *Dante Alighieris Gerechtigkeitssinn* (2ª ed. 2016), sobre a relação da “*Divina Comédia*” com a Monarquia em 9-15; A. M. Chiavacci Leonardi, ‘La Monarchia die Dante alla luce’ della *Commedia*’, em *28 Studi medievali* (1977) 147.

¹⁴ A literatura sobre Dante é muito rica. Sobre a vida, obra e ideias de Dante, além das informações na nota a seguir, ver E. Kantorowicz, *The King's Two Bodies: A Study in Medieval Political Theology* (1957); Bezzola et al., ‘Dante Alighieri’, em *Lexikon des Mittelalters* (1986), vol. 3, em 544-563, n. 10.

inclusive o de embaixador e no conselho dos priores, em 1300. A república de Florença tinha uma constituição decididamente participativa¹⁵. Ela limitava a influência da nobreza a um mínimo e magnatas eram excluídos dos cargos mais altos. O governo era conferido aos oficiais eleitos da burguesia (*Popolane*), que, por sua vez, estavam sujeitos ao controle de conselhos corporativos nos quais dois grupos usavam todos os instrumentos para obter a maioria política: os guelfos brancos, que vinham da classe média economicamente próspera e politicamente assertiva, e os guelfos negros, leais ao papa e dedicados ao povo comum.

Dante pertencia aos guelfos brancos burgueses e, em 1300, enquanto estava no conselho dos priores, concordou com o banimento dos chefes dos guelfos negros e brancos em guerra. Isso deveria garantir a paz contínua em Florença. Contudo, os guelfos negros tomaram a cidade um ano depois com a ajuda do novo enviado do papa em Florença, Carlos de Valois. Os priores foram depostos, ocorreram muitos exílios e sentenças de morte, e os bens e casas dos guelfos brancos foram confiscados ou queimados. Dante já havia deixado a cidade em 1301 como embaixador em Roma. Ele soube de sua sentença de morte na viagem de volta de Roma a Florença e nunca mais viu sua cidade natal. Até sua morte em 1321, ele viveu como refugiado político em várias cidades do norte da Itália, incluindo Verona e Ravena, onde morreu. Setecentos anos mais tarde, em 2008, seu banimento foi revogado pela cidade de Florença, e Dante foi reabilitado¹⁶. Dante começou a escrever suas grandes obras no exílio, incluindo *Il convivio* (O Banquete), em 1306/08, a sua grande obra filosófica “A Monarquia”, escrita em latim a partir de 1316, e “Divina Comédia”, na qual trabalhou até sua morte.

O desígnio de Dante é marcado por um profundo anseio de paz e de retorno à Florença. Politicamente, ele não podia confiar no papa e tinha pouca fé na constituição civil democrática e participativa de Florença. Na “Divina Comédia”, a democracia cidadã é descrita como um mal tão saqueador, que se pode imaginar vividamente as lutas em Florença. Em vez disso, Dante depositou suas esperanças no reinado italiano do imperador Henrique VII, que começou em 1310 e terminou com a morte prematura do luxemburguês em 1313.

¹⁵ Além disso, em relação ao efeito de Dante ao longo do tempo, ver Meier, ‘Konsens und Kontrolle: Der Zusammenhang von Bürgerrecht und politischer Partizipation im spätmittelalterlichen Florenz’, in K. Schreiner e U. Meier (eds), *Stadtregiment und Bürgerfreiheit* (1994) 147, em 149–154, sobre a política de grupos em questão no final do século XIII.

¹⁶ ‘*Firenze si pente e dopo 700 anni riabilita Dante*’: *La Repubblica*, 31 de maio de 2008, 37.

“A Monarquia” é escrita em uma situação política específica e no contexto de um destino pessoal. Ela combina uma análise factual com objetivos políticos, nomeadamente disputas dentro e entre cidades, repatriando exilados e estabelecendo a paz de forma que aquelas pessoas possam se desenvolver como indivíduos. Dante concebeu esses objetivos com base em uma teoria da dominação mundial universal do Imperador e a correspondente desvalorização da reivindicação de universalidade que o Papa Bonifácio VIII havia levantado em 1302 com a bula papal *Unam Sanctam*¹⁷. O propósito de “A Monarquia”, portanto, é a refutação das reivindicações papais a fim de fortalecer o poder temporal do Imperador, de modo que ele, considerado como um monarca universal, possa fazer valer os objetivos políticos da paz, felicidade e liberdade. Dante desenvolveu uma utopia de poder estatal com agentes concretos e individualizados. Claro, nem Bonifácio nem Henrique foram nomeados como atores, nem Florença foi nomeada como o lugar de domínio.

A monarquia universal tem três fundamentos, sendo o primeiro uma finalidade material do Estado, que Dante viu na tríade da paz, liberdade e justiça¹⁸. Apenas sob essas condições a vida humana pode ser feliz. Os propósitos do estado de paz, liberdade e justiça servem primariamente à felicidade individual, não a uma comunidade desprovida de indivíduos. Frequentemente citada e interpretada é a justificativa da liberdade individual de Dante no Livro I, Capítulo XII, parágrafo 2 de “A Monarquia”: “*Principium primum nostre libertatis est libertas arbitrii*” (“A primeira condição de nossa liberdade é a liberdade de vontade”). A razão não deve ser determinada pelos desejos, pelo contrário, as demandas humanas devem ser motivadas pela razão (I, XII, 2, 4-5). A liberdade de vontade é o maior dom que Deus deu à natureza humana (I, XII, 6). À liberdade individual é, portanto, atribuída uma dimensão filosófica, cognitiva, que, aos olhos de Dante, é ameaçada politicamente. Assim, Dante é extremamente cético em avaliar como a razão governa a ação coletiva. Quando as pessoas agem politicamente, a liberdade individual é ameaçada pelos desejos dos atores políticos. Os que vivem sob o domínio do monarca gozam de maior liberdade, assim como a espécie humana só

¹⁷ Ubl, 'Die Genese der Bulle Unam Sanctam: Anlass, Vorlagen, Intention', em M. Kaufhold (ed.), *Politische Reflexion in der Welt des späten Mittelalters/Political Thought in the Age of Scholasticism: Essays in Honour of Jürgen Miethke* (2004) 129.

¹⁸ Sobre a interpretação de “A Monarquia” e seus contextos filosóficos, ver Imbach e Flüeler, nota 5 *supra*, p. 13-57 e os comentários nas respectivas passagens em 253 seg.; o traçado renovado da argumentação pode ser encontrado em D. Lüddecke, *Das politische Denken Dantes: Überlegungen zur Argumentation der Monarquia Dante Alighieris* (1999). Ver também S. Gagnér, *Studien zur Ideengeschichte der Gesetzgebung* (1960), em 146-152.

pode existir para seu próprio bem sob o governo de um monarca (I, XII, 8-9). Um monarca universal não tem nada a desejar, não tem interesses pessoais a perseguir. Seu domínio não se limita a um determinado território, mas se estende até o oceano. Como diz Dante, é universal. Porque não há nada para o monarca desejar, somente ele, entre todos os mortais, pode ser o mais puro sujeito da justiça (I, XI, 12).

Assim, vemos que o ser humano individual e sua felicidade (paz e liberdade) estão claramente em primeiro plano para Dante, tanto na determinação da ordem estatal quanto como o sujeito de legitimação, se este termo moderno pode ser usado aqui. É esclarecedor que Dante no Livro I, Capítulo XII, parágrafo 11, citando a *Politeia* de Aristóteles, afirma que os cidadãos não existem por causa dos cônsules, nem o povo por causa do rei. Mas, inversamente, os cônsules estão sujeitos à vontade dos cidadãos, e o rei a do povo. Respectivamente, a Constituição estatal não é elaborada em relação às leis, mas, em vez disso, as leis são elaboradas com respeito à Constituição. Embora o rei como governante da população determine a direção, ao perseguir os objetivos do Estado, ele atende a população. Assim, fica bastante claro que, na opinião de Dante, o monarca é classificado como um servo de todos. O monarca, quando decreta as leis, está vinculado aos objetivos especificados. Dante conclui o capítulo com as palavras: “Então, a espécie humana se sai melhor sob o governo do monarca. Entende-se que a monarquia é necessária para o bem do mundo” (“*Ergo gênero humanum sub Monarcha existe optime se habet; ex quo sequitur quod ad bene esse mundi Monarchiam necesse est esse*” [I, XII, 13]).

A primeira razão para uma monarquia universal (Livro I) fundamenta o propósito da paz na proteção do indivíduo e alinha a monarquia universal com a conquista da felicidade individual. A segunda razão (Livro II) remonta ao primeiro princípio da unidade, o *principium unitatis*, como base da ordem moral – a ideia de um império universal – como foi promovido de acordo com esses tratados medievais. O império universal tradicionalmente atribuído aos romanos continuou sob o domínio da monarquia secular do imperador cristão, cuja autoridade não vinha do papa, mas diretamente de Deus. Isso traz a terceira vertente. O Livro III justifica o poder papal e imperial de forma independente. Dante toma o lado do poder imperial e contesta a subordinação do império ao papado, como Bonifácio VIII havia proclamado recentemente. Dante examina e rejeita os argumentos usuais (a doutrina das duas espadas, a doutrina das duas luzes, a doação

de Constantino)¹⁹ e ainda acrescenta uma justificativa positiva – a saber, que a autonomia do papado e do império é derivada da natureza do homem. Os seres humanos têm uma natureza física efêmera e uma natureza espiritual imortal. Deus atribuiu a cada um seus próprios objetivos, felicidade terrena e paraíso celestial, cada um demandando instâncias diferentes. O imperador guia os homens para a felicidade terrena contra seus desejos egoístas, o *Pontifex Maximus* leva os homens à vida eterna, revelando a verdade. Os poderes papal e imperial são mantidos estritamente separados e autônomos e encontram sua razão e sua unidade no poder divino, mas não eclesiástico. Embora “A Monarquia” termine com algumas palavras conciliatórias, discutíveis para a Igreja, e enfatize a soberania de Deus, foi principalmente devido a seus pontos cruciais no Livro III que “A Monarquia” de Dante foi colocada no Index.

Dois dos argumentos em “A Monarquia” merecem ênfase especial. Primeiro, “A Monarquia” justifica um governo secular autônomo com respeito ao indivíduo. Dante está, deste modo, se beneficiando da filosofia aristotélica que se tornou disponível por meio de traduções algumas décadas antes.²⁰ Em “A Monarquia”, o homem é premiado não apenas com uma designação teológica, mas também filosófica. Assim, a epistemologia está ligada à filosofia política. Em segundo lugar, o trabalho da teoria e da prática por Dante merece atenção. Embora os motivos do texto sejam todos práticos, seu trabalho é inteiramente teórico. A obra de Dante é uma exceção dentro da literatura por volta de 1300. Obras que diferenciavam um domínio autônomo e secular da autoridade papal eram compostas principalmente por autores franceses, que queriam manter a integridade territorial do reino francês, ou por escritores próximos ao imperador alemão.²¹ Os italianos raramente são encontrados entre os autores que criticam o papa (não devemos considerar Marsílio de Pádua como autor italiano, porque escreveu *Defensor Pacis* em Paris, antes de fugir para o exílio na corte de Ludwig da Baviera, em Munique).²²

No entanto, não se pode atribuir a Dante uma posição puramente secular, porque autores leais ao imperador dificilmente poderiam atribuir ao imperador um domínio

¹⁹ Além disso, W. Kölmel, *Regimen Christianum: Weg und Ergebnisse des Gewaltenverhältnisses und des Gewaltenverständnisses (8.-14. Jahrhundert)* (1979); Watt, ‘Poderes Espirituais e Temporais’, em J.H. Queimaduras (ed.), *The Cambridge History of Medieval Political Thought: c. 350-c. 1450* (1988) 367.

²⁰ Ver Miethke, ‘Politische Theorie in der Krise der Zeit: Aspekte der Aristotelesrezeption im früheren 14. Jahrhundert’, em G. Melville (ed.), *Institutionen und Geschichte* (1992) 157.

²¹ Ver Watt, nota 19 *supra*, em 402-422.

²² Ver Gagnér, nota 18 *supra*, p. 121 e segs.; Courtenay, ‘University Masters and Political Power: The Parisian Years of Marsilius of Padua’, in Kaufhold, nota 17 *supra*, 209.

especialmente indeterminado, universal. Só se poderia conceber tal utopia na Itália, onde o imperador era raramente visto e não aumentava impostos nem convocava tropas, como faziam os príncipes alemães. Além disso, uma posição altruísta só poderia ter sido atribuída ao imperador na ignorância prática de reais reivindicações de poder tipicamente encontradas no norte dos Alpes. A teoria de Dante é, portanto, provavelmente apenas plausível na ausência do imperador, enquanto a solução dos problemas práticos na base requer sua presença.

4. A INTERPRETAÇÃO DE KELSEN DE “A MONARQUIA”

Como Kelsen interpreta “A Monarquia”? O texto de 150 páginas de Kelsen tem dois objetivos. Por um lado, ele pretende representar a teoria do Estado de Dante como resultado de sua visão da vida e fornecer um estudo de seu lugar na teoria do Estado medieval. Por outro lado, a curiosidade de Kelsen se estende muito além de “A Monarquia”. Não só ele examina o texto em si, mas também discute a teoria do Estado de Dante de forma mais ampla. Para tanto, ele retorna a obras anteriores, incluindo a “Divina Comédia” e o “Banquete”. Kelsen refere-se a outros trabalhos importantes de teoria política anteriores a Dante,²³ situa Dante no discurso e discute as fontes de Dante e a influência de outros pensadores, incluindo João de Paris, Jordano de Osnabrück e Engelbert de Admont.²⁴ Kelsen transita bem na teoria política medieval e faz julgamentos com confiança. O jovem de 23 anos mergulhou no final da Idade Média. É claro que ele se beneficiou da então recente publicação de Richard Scholz sobre tratados franceses no século XIII.²⁵ Seu conhecimento da literatura parece ser mais do que apenas reiteração. O arranjo de Kelsen do material e sua acuidade intelectual indicam uma investigação independente, que avaliou múltiplas fontes e forneceu julgamentos independentes.

Juntamente com o capítulo introdutório, que é dedicado a uma descrição das condições políticas do século XIII, cerca de dois quintos do livro tratam de questões e fontes genuinamente históricas. Kelsen nunca escreveu mais sobre história do que nestas cerca de 60 páginas. As 90 páginas restantes analisam o pensamento político de

²³ Kelsen, nota 4 *supra*, em 18-37 (também em *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, 157-180).

²⁴ Kelsen, nota 4 *supra*, 136-149, especialmente aqueles listados em 143-147 (também em *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, 283-296).

²⁵ R. Scholz, *Die Publizistik zur Zeit Philipps des Schönen und Bonifaz VIII: Ein Beitrag zur Geschichte der politischen Anschauungen des Mittelalters* (1903). Outra fonte, frequentemente citada por Kelsen, foi S. Riezler, *Die literarischen Widersacher der Päpste zur Zeit Ludwigs des Bayers* (1874).

Dante. Em sete capítulos, Kelsen investiga: (i) as bases da teoria do Estado de Dante; (ii) a justificação e a origem do Estado; (iii) a finalidade do Estado; (iv) a forma de governo; (v) a relação entre príncipes e povo; (vi) a relação entre Estado e Igreja; e, por fim, (vii) o ideal de Estado em Dante, a saber, o império universal.

Na minha opinião, a investigação é consistentemente confiável, bem fundamentada e precisa em foco e julgamento. O livro foi bem recebido na época, e Kelsen relatou retrospectivamente, em sua autobiografia, que era o único de seus livros para o qual ele não recebeu críticas negativas.²⁶ Sem dúvida, Kelsen merece reconhecimento por ser o primeiro a avaliar e demonstrar detalhadamente a teoria do Estado de Dante na Alemanha. Seu estudo exerceu tal autoridade que até mesmo a Sociedade Católica Görres em seu dicionário político de 1926 baseou seu artigo de cinco colunas sobre Dante na obra de Kelsen.²⁷ Desde então, o livro foi traduzido para o italiano e também para o japonês e o português²⁸ ainda que não para o inglês, e ainda receba atenção contínua na Itália.²⁹ Se Kelsen mais tarde desvalorizou seu livro e o descreveu como “certamente não mais do que um trabalho escolar sem originalidade”,³⁰ ele está correto apenas na medida em que este livro contém poucas contribuições originais para a teoria e nisso se diferencia de muitos trabalhos posteriores.³¹

5. O QUE ATRAIU KELSEN PARA DANTE?

Kelsen talvez tenha sido muito modesto na avaliação do seu primeiro trabalho. Que imagem podemos ter de Kelsen a partir do seu texto sobre Dante? Será que a análise de Kelsen da utopia de Dante indica suas próprias ideias utópicas? O que atraiu o estudante de direito de 1904 a Dante e o que ele poderia estar buscando nele? Um

²⁶ Kelsen, nota 2 *supra*, p. 36; ver também Métall, nota 2 *supra*, p. 8.

²⁷ Finke, 'Dante', in *Staatslexikon* (5ª ed., 1926), vol. 1, em 1304-1308. A referência de Finke a Kelsen é claramente representada por sua citação errônea de “A Monarquia”, Livro I, cap. XII, par. 2 (*principium primum nostrae libertatis est libertas arbitrii*) no Livro I, cap. XIV, onde transcreve um dos erros de Kelsen (*ibid.*, em 69).

²⁸ H. Kelsen, *La Teoria dello Stato in Dante*, trad. di W. Sangiorgi (1974), tradução japonesa por R. Nagao (1977). H. Kelsen, *A Teoria do Estado de Dante Alighieri*, tradução para o português por Luiz Felipe Brandão Osório (2021).

²⁹ Frosini, 'Kelsen e Dante', em Kelsen, nota 28 *supra*, cap. VII; Riccobono, 'Gli inizi di Kelsen e la teoria dello Stato in Dante', 53 *Rivista internazionale di filosofia del diritto* (1976) 261; Cau, 'Hans Kelsen et la théorie de l'État chez Dante', 5 *Laboratoire Italien: Politique et société* (2004) 125. Cau procura por elementos de teorias posteriores de Kelsen e a avalia como um passo preliminar para a teoria do Estado de Kelsen (ver 138, 140, 144-145); Ancona, 'Dante l'Anti-Sovrano', 64 *Sapienza* (2011) 343 em 343-345, n. 3, 4.

³⁰ Kelsen, nota 2 *supra*, p. 36: «[S]icherlich nicht mehr als eine unoriginelle Schülerarbeit»; Métall, nota 2 *supra*, p. 9. Para inadequações técnicas no texto, ver *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, em 600 e seg.

³¹ Avaliação positiva também em *HKW*, nota 2 *supra*, em 601.

levantamento de sua investigação revela algumas prioridades. Kelsen acentuou os reais objetivos de Dante: principalmente a paz, que se destaca na representação de Kelsen. Ele também aborda, cuidadosamente, a justificação individualista do governo secular e se refere à relação entre Estado e indivíduo, como retratado por Dante, com interesse óbvio.³² Kelsen dá atenção especial à reivindicação de liberdade de julgamento de Dante, a qual interpreta recorrendo a passagens de outros textos de Dante, exigindo liberdade intelectual geral.³³ Ele também presta especial atenção à relação do governante com o povo.³⁴ A passagem citada anteriormente, afirmando que os cônsules são responsáveis pelos cidadãos e o rei pelo povo, bem como que o monarca é servo do público em geral, é fervorosamente explorada por Kelsen, que interpreta esta passagem como expressão da soberania popular. Deus aparece em segundo plano, como o fundamento da lei e figura como *causa remota*, “enquanto o povo é visto como uma fonte imediata de poder – segundo as noções da doutrina da soberania popular – e o governante aparece como representante direto do povo”.³⁵

Kelsen também encontra outra visão resolutamente defendida por Dante no quadro da doutrina da soberania popular, a saber, que o poder do governante é limitado por barreiras legais.³⁶ Aqui, encontramos uma das raras passagens em que Kelsen recorre a conjecturas. Embora admita que Dante não expressa explicitamente essa ideia, argumenta que inúmeras circunstâncias indicam que Dante estava próximo de tal conceito de soberania ou pelo menos tinha uma ideia semelhante de soberania popular.³⁷ Kelsen, certamente, interpreta extensivamente o texto nesse aspecto, e não é sem razão que essa construção encontrou oposição.³⁸ Aprendemos com isso menos sobre Dante, propriamente, do que sobre Kelsen.

Outra questão que atrai Kelsen é o contraste entre a unidade imaginada e a pluralidade real. Com sua moderna formação vienense, Kelsen dificilmente pode apoiar a ideia medieval de que a unidade é o equivalente do bem, a diversidade o equivalente do mal, e que a pluralidade deve ser subordinada à unidade.³⁹ Suas dúvidas

³² Kelsen, nota 4 *supra*, em 68-71 (também em *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, 213-216).

³³ Kelsen, nota 4 *supra*, p. 69 (também em *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, 214).

³⁴ Kelsen, nota 4 *supra*, em 86-97 (também em *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, 232-244).

³⁵ Kelsen, nota 4 *supra*, p. 88 (também em *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, 235) referindo-se ao Livro I, cap. XII, parágrafos 11-12. Kelsen até ataca uma ideia do cap. III, como soberania popular (em 114).

³⁶ Kelsen, nota 4 *supra*, p. 89 (também em *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, 235 e seg.).

³⁷ Kelsen, nota 4 *supra*, em 88-89 (também em *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, 234 e seg.).

³⁸ Finke, nota 27 *supra*, p. 1307; Cau, nota 29 *supra*, pp. 141-143.

³⁹ Kelsen, nota 4 *supra*, p. 41, 78, 80 (também em *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, 182ff, 224, 226).

predominam. Ele se opõe à ideia de unidade – a ideia de “Roma” – colocando a diversidade social dos povos e a necessidade de formas de governo regionalmente limitadas. Ele critica Dante por postular que toda a humanidade, não nações individuais, pode produzir e ter uma cultura imaginária uniforme. Segundo Kelsen, Dante não leva em conta “que as profundas diferenças entre raças, ambientes sociais e outros fatores semelhantes necessariamente levam a culturas fundamentalmente diferentes”.⁴⁰ Em outra parte, ele reclama que o trabalho de Dante não inclui nenhuma consideração do momento nacional:

A completa desconsideração da nacionalidade deve, no entanto, parecer um tanto surpreendente, uma vez que é precisamente na época em que Dante escreveu “A Monarquia” que um vigoroso florescimento da ideia nacional estava fazendo sentir sua presença em todos os lugares – particularmente na França, que sabemos foi o ponto de partida desses esforços. Do ponto de vista nacional, a ideia de um governo universal nivelador e equilibrador já estava sendo abertamente combatida na época de Dante. O ideal dantesco do Estado deve, portanto, ser referido a esse respeito como reacionário, o mesmo ideal, que, como mostrado acima, produz características essenciais do Estado moderno.⁴¹

Kelsen volta a problematizar a ideia de unidade irradiando outro aspecto. A população da monarquia universal inclui toda a humanidade – isto é, até mesmo os não-cristãos. Uma vez que a ideia de dominação mundial unificada é baseada no cristianismo, Dante deveria dar ao imperador o dever de evangelizar os pagãos. Dante, no entanto, sabiamente nada diz sobre o problema dos pagãos, como Kelsen reclama, porque quando o imperador atua como missionário, ele está cumprindo uma tarefa da Igreja, que, por sua vez, contradiz o papel imparcial do imperador.⁴² Assim, Kelsen usa circunstâncias práticas para reafirmar seu argumento contra a teoria. De qualquer forma, suas objeções que se baseiam sobre a diversidade social, nacional e religiosa demonstram que, longe de ser um homem de pensamento abstrato que é cego para a realidade, ele procura tomar em consideração as condições reais e suas implicações práticas. A este respeito, a seguinte passagem é particularmente reveladora: “No

⁴⁰ Kelsen, nota 4 *supra*, p. 64 (também em *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, 210); da mesma forma em 122 (também em *HKW*, nota 2 *supra*, v. 1, 270).

⁴¹ Kelsen, nota 4 *supra*, em 135-136 (também em *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, 282-283). Original: ‘Das völlige Ignorieren der Nationalität muß aber dennoch schon verwunderlich erscheinen, da gerade in jener Zeit, in welcher Dante die Monarchia verfaßte, sich schon allenthalben ein kräftiges Aufblühen der nationalen Idee fühlbar machte – besonders in Frankreich, das ja bekanntlich den Ausgangspunkt dieser Bestrebungen bildete. Der Gedanke einer alles nivellierenden, alle Gegensätze ausgleichenden Universalherrschaft wurde schon zur Zeit Dantes gerade vom nationalen Standpunkte aus bewußt bekämpft. Das Dantesche Staatsideal muß também in dieser Hinsicht als reaktionär bezeichnet werden, dasselbe Ideal, das, wie gezeigt, wesentliche Merkmale des modernen Staates trägt.’

⁴² Kelsen, nota 4 *supra*, em 126-127 (também em *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, 237-238).

entanto, o Estado ideal de Dante não era de forma alguma adequado ao tempo: ainda não, porque em muitos aspectos estava muito à frente de seu tempo, e não mais, porque seus alicerces sobreviveram à base sobre a qual foi construída, ou seja, o “império mundial”.⁴³ Já se pode reconhecer alguns traços da norma básica em suas objeções à ideia de unidade, pelo menos na medida em que uma unidade imaginária não pode presumir a realidade em sua composição, mas só pode ser considerada ficção, pois a própria realidade contradiz a unidade imaginária.⁴⁴

No Livro I, Capítulo XIV, Dante aborda a competência legislativa da monarquia universal em relação aos países subordinados, usando – como faz tantas vezes – Aristóteles para sustentar seu argumento. Kelsen está particularmente interessado neste ponto, ou seja, a distribuição de poderes entre o monarca universal e os governantes territoriais, por assim dizer, uma questão do federalismo de garantir a unidade normativa, mantendo a diversidade na governança regional. A relação da monarquia com os reinos subordinados, afirma Kelsen, só pode ser resolvida quando os países subordinados renunciarem à soberania e se tornarem meras províncias autônomas.⁴⁵ De acordo com Dante, eles deveriam administrar seus assuntos locais, mas a autoridade legislativa sobre assuntos de interesse comum pertenceria ao monarca universal.⁴⁶ Nesse contexto, Kelsen enfatiza o exemplo bíblico de Dante das tribos judaicas que se uniram sob a liderança de Moisés.⁴⁷ Retendo controle das decisões mais importantes e de interesse comum, Moisés deu-lhes responsabilidade por decisões menos significativas (I, XIV, 9). Dante usa documentos bíblicos e filosóficos para explicar a distribuição do poder no sentido da subsidiariedade. Pelo menos é revelador que, entre tantos argumentos em “A Monarquia”, as ideias de Dante sobre unidade e diversidade chamam tão notadamente a sua atenção. Em 1905, quando Kelsen está enfatizando essas ideias de Dante, ele também poderia ter pensado nas questões das nacionalidades no Estado multiétnico da

⁴³ Kelsen, nota 4 *supra*, p. 136 (também em HKW, nota 2 *supra*, vol. 1, 283). Original: ‘*Zeitgemäß aber ist Dantes Staatsideal durchaus nicht. Noch nicht, weil es seiner Zeit in vielen Punkten weit voraus geeilt war; nada melhor, weil seine Grundlage sich bereits überlebt hatte, die Basis, auf der es aufgebaut war, das Weltkaisertum.*’

⁴⁴ Além disso, Frosini, nota 29 *supra*, cap. XIX.

⁴⁵ Kelsen, nota 4 *supra*, em 129-131 (também em HKW, nota 2 *supra*, vol. 1, 276-279), com recurso ao Livro I, CH. XIV, parágrafos 4-9.

⁴⁶ Livro I, cap. XIV, par. 5: ‘As nações, reinos e cidades possuem peculiaridades em seus respectivos territórios. As leis precisam se ajustar a elas apenas porque a lei dá orientações gerais para a vida.’

⁴⁷ Kelsen, nota 4 *supra*, p. 131 (também em HKW, nota 2 *supra*, vol. 1, 278). A abordagem do Velho Testamento de Dante, Gênesis 29, 34, também desperta o interesse de Kelsen em seu tratamento do Livro III, capítulos V–VIII. Ver nota 4 *supra*, p. 103 (também em HKW, nota 2 *supra*, vol. 1, 250).

Austria, uma vez que a unidade e a diversidade eram questões políticas importantes no império dos Habsburgos.

A democracia acaba por receber uma ênfase especial. Com grande benevolência, Kelsen esboça a Constituição de Florença e, junto com Jacob Burckhardt, nomeia Florença como o primeiro Estado moderno que surgiu no mundo.⁴⁸ Ele também discute a primeira e a segunda revolução democrática em Florença em 1250 e em 1282.⁴⁹ Na verdade, ele enfatiza a papel das cidades italianas, por um lado, usando a terminologia moderna para nomear os Estados e, por outro lado, descrevendo-os positivamente à luz de suas Constituições republicanas e democráticas.⁵⁰ Embora Kelsen não considere essas ideias como sendo de Dante, o pensamento é marcante para 1905. As perspectivas dominantes na historiografia prussiana do século XIX concentravam-se no Estado e no domínio dinástico, enquanto as raízes das ideias republicanas e democráticas nas comunas italianas e nas cidades imperiais livres alemãs (principalmente do sul) raramente recebiam atenção suficiente. Os interesses de pesquisa de Kelsen se alinham com a abordagem austríaco-alemã do sul – isto é, eles são orientados para a organização pacífica da diversidade real sob condições de unidade nominal, em vez da atitude prussiana/alemã do norte que enfatiza a construção agressiva da unidade estatal por meio da supressão da diversidade social.

Essas são as principais ênfases do trabalho de Kelsen sobre Dante. Elas permitem que seus próprios interesses de pesquisa brilhem. O que fascinou Kelsen em Dante? O que ele buscou em Dante? A resposta é a conformidade substantiva dos objetivos de Kelsen com muitas ideias do poeta, que Kelsen ocasionalmente exagera. Esses objetivos são: (i) paz; (ii) a centralidade do indivíduo para o estabelecimento do poder de domínio, bem como a limitação desse poder; (iii) a ideia de liberdade; (iv) soberania popular; (v) democracia e, por fim, (vi) a organização da diversidade nacional dentro de uma unidade imaginária. Também se tem a impressão de que alguns dos interesses de pesquisa posteriores de Kelsen estão começando a emergir, refletindo a

⁴⁸ Kelsen, nota 4 *supra*, p. 8 (também em *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, 147), citando J. Burckhardt, *Die Cultur der Renaissance in Italien* (7ª ed., 1899), vol. 1, p. 78: “Na história de Florença, encontra-se a mais elevada consciência política combinada com a maior variedade de formas de desenvolvimento; Nesse sentido, Florença merece ser nomeada como o primeiro Estado moderno.” Na seção 1, cap. 7, Burckhardt apresenta as repúblicas de Veneza e Florença como representações brilhantes da Florença exemplificada por Dante.

⁴⁹ Ver Kelsen, nota 4 *supra*, em 11-12, 16 (também em *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, 151-152, 155-156). Sobre a constituição florentina como modelo ideal em Kelsen, ver também Frosini, nota 29 *supra*, cap. XVI.

⁵⁰ Kelsen, nota 4 *supra*, p. 6 (também em *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, 144).

situação política e social do Estado multiétnico austríaco.

Além disso, seu estilo de argumentação é esclarecedor. Realidade e normatividade, prática e teoria, realidade política e utopia estão em constante estado de tensão em sua argumentação. Kelsen os trata de forma dicotômica, mas, ao mesmo tempo, adere aos fatos com uma paixão pela realidade. Em seu primeiro trabalho, Kelsen baseia constantemente seus critérios na realidade social, fazendo referência às diferenças religiosas e mencionando as características nacionais e a diversidade dos povos. Seu quadro analítico consiste em critérios sociais e políticos. Assim, Kelsen tem que apresentar “A Monarquia” como uma utopia engenhosa que contrasta a realidade sombria em mais de um aspecto.⁵¹ No entanto, ele não se baseia apenas nas condições sociais ou nas questões políticas que regem essa linha de pensamento. Um claro interesse pela história constitucional, as lutas políticas internas e a ancoragem institucional aparece no capítulo introdutório sobre as condições políticas do século XIII. Objetivos políticos também desempenham um papel importante na apresentação de Kelsen. Sua discussão sobre os vários autores e fontes objetivam consistentemente esclarecer as intenções políticas e os contextos discursivos dos textos – isto é, abordar seus motivos e intenções ao invés de simplesmente entender as teorias isoladamente. Que o uso de fontes literárias seja motivado por interesses ou que uma ideia teórica persiga um propósito político aparece como uma circunstância natural e quase inevitável da teoria na representação de Kelsen.⁵² Qualquer um que queira já pode prever aqui o grande relativista e crítico da ideologia.⁵³ No caso, fica claro para o jovem de 23 anos que as teorias buscam propósitos políticos. Finalmente, o prazer óbvio que nosso autor tem em condenar outros escritores de inconsistências ou de um argumento circular já transparece, como fica claro no argumento sobre a conversão dos pagãos.⁵⁴ Todos esses pontos nos mostram que, embora estejamos lidando com um Kelsen juvenil, estamos lidando com um que é genuíno.

⁵¹ Kelsen, nota 4 *supra* 4, p. 126 (também em *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, 273).

⁵² Por exemplo, ver Kelsen, nota 4 *supra*, em 140 (também em *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, 286): “Dante utiliza a bíblia para selecionar a única passagem que apoia sua teoria. [...] Em geral, Dante se comporta de maneira semelhante a seus oponentes ao explicar as escrituras. Ou seja, ele extrai as seções com as quais concorda. [...] Embora Dante seja movido a falar, em “A Monarquia”, contra a má interpretação da Bíblia, ele não pode nem mesmo evitar de cometer este erro”.

⁵³ Sobre a avaliação profética dos primeiros trabalhos de Kelsen em relação aos seus trabalhos posteriores, ver Cau, nota 29 *supra*, em 138, 140, 144-145.

⁵⁴ Outro exemplo é a análise da doutrina das duas luzes, cuja argumentação Kelsen descreve como desajeitado devido à constante confusão ou confusão do símbolo e do objeto simbolizado. Ver Kelsen, nota 4 *supra*, p. 101 (também em *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, 248).

Vamos então reformular nossa pergunta e indagar sobre o que não interessa a Kelsen. Em primeiro lugar, cabe aqui a argumentação teológica de Dante, pelo menos no que Dante se refere ao Novo Testamento. Kelsen obedientemente aborda a extensa investigação de Dante sobre as doutrinas das duas espadas, as duas luzes, a doação de Constantino e assim por diante no Livro III,⁵⁵ que são centrais para os desafios teóricos de argumentar a relação do imperador mundial com a Igreja universal, o conceito mais difícil da ideia de Estado universal de Dante no contexto medieval.⁵⁶ No entanto, Kelsen não é inspirado por ele, uma vez que Kelsen não desenvolve nenhum tino para os meandros do raciocínio teológico medieval, que parece carecer de raciocínio lógico e racional suficiente para satisfazê-lo. Sobre a relação Estado e Igreja, ele reclama das contradições internas do sistema de Dante e das inconsistências do poeta.⁵⁷ Kelsen presta muitíssima atenção aos discursos filosóficos e epistemológicos do Livro I.

Em segundo lugar, há uma imprudência na aplicação da terminologia moderna ao pensamento da Idade Média. O conceito de “teoria do Estado”, como o de Estado propriamente, é estranho à Idade Média, embora Jacob Burckhardt tenha chamado Florença de um “Estado moderno”,⁵⁸ Heinrich Mitteis falou do Estado na Idade Média,⁵⁹ e Hermann Conrad escolheu o termo “teoria do Estado” (*Staatslehre*) para seu livro sobre Dante.⁶⁰ Otto Hintze e Otto Brunner despertaram pela primeira vez a consciência da contingência histórica de tais conceitos.⁶¹ De qualquer forma, Kelsen não se privou do uso do conceito 'Estado' para descrever a forma básica de organização da autoridade oficial. A inadequação do conceito de soberania popular já foi mencionada em um contexto diferente. Podemos observar que a busca por um uso contextual dos termos medievais dá lugar aos interesses cognitivos contemporâneos, e a terminologia moderna é projetada para a Idade Média.⁶² Aqui, a compreensão conceitual de Kelsen é bastante a-histórica e orientada para questões abstratas que transcendem o tempo (Estado,

⁵⁵ Kelsen, nota 4 *supra*, em 99-114 (também em *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, 246-262).

⁵⁶ Conrad, *Dantes Staatslehre*, nota 11 *supra*, p. 38.

⁵⁷ Kelsen, nota 4 *supra*, p. 98 (também em *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, 245). E. Gilson, *Dante und die Philosophie* (1953), p. 216. Kelsen rastreia a “solução desesperada” de Dante, como ele a chama, de volta aos seus primórdios em uma tentativa de explicar a ambivalência filosófica de Dante. *Ibid.*, em 217-223.

⁵⁸ Burckhardt, nota 48 *supra*, p. 78.

⁵⁹ H. Mitteis, *Der Staat des Hohen Mittelalters* (1940).

⁶⁰ Conrad, *Dantes Staatslehre*, nota 11 *supra*.

⁶¹ Hintze, ‘Wesen und Wandlung des modernen Staates’ (1931), em O. Hintze (ed.), *Staat und Verfassung* (2^o ed., 1962) 470; O. Brunner, *Land und Herrschaft* (5^a ed., 1965), em 111 e seg.; ver também W. Conze, ‘Staat, Souveränität’, em O. Brunner, W. Conze e R. Koselleck (eds), *Geschichtliche Grundbegriffe* (1990), vol. 6, em 5-8.

⁶² Apropriadamente elaborado por Cau, nota 30 *supra*, em 131, 133, 135-136, 141-142.

propósito público, democracia, soberania popular e unidade).

6. O HOMEM RENASCENTISTA E OS ESCOLÁSTICOS

Agora que vemos mais claramente o que Kelsen buscou e encontrou apenas parcialmente em Dante, é de admirar que a opinião de Kelsen sobre a teoria do Estado de Dante permaneça dividida? Ele a considera uma utopia brilhante em relação aos seus objetivos e uma tentativa lamentável em relação à possibilidade de sua realização. Ele detecta progressividade e atraso. A teoria do Estado de Dante é uma soberba expressão da doutrina medieval e, ao mesmo tempo, supera a doutrina. É por isso que a teoria do Estado de Dante merece atenção: os escolásticos medievais lutam com o homem renascentista moderno, diz Kelsen.⁶³ Sua preferência torna-se evidente. É o homem renascentista e não o escolástico que o atrai. No capítulo final, dedicado às fontes da teoria do Estado de Dante, Kelsen enfatiza as raízes gregas de Dante, particularmente a influência de Aristóteles,⁶⁴ e minimiza os elogios concedidos a Tomás de Aquino,⁶⁵ deste modo, antecipando assim a pesquisa posterior de Dante.⁶⁶ A interpretação geral de Kelsen joga a filosofia grega contra a escolástica medieval. O homem renascentista progressista – o homem que defende a democracia, a paz e a individualidade – baseia-

⁶³ Kelsen, nota 4 *supra*, p. 2 (também em HKW, nota *supra* 2, vol. 1, 139).

⁶⁴ Kelsen, nota 4 *supra*, em 137-139 (também em HKW, nota 2 *supra*, vol. 1, 283-285).

⁶⁵ Kelsen, nota 4 *supra*, p. 44, 142-143 (também em HKW, nota 2 *supra*, vol. 1, 186, 288-290). O sistema de Dante apresenta claras características tomísticas; no entanto, Dante não seguiu Thomas. Ele era um adversário declarado do tomismo, particularmente no que diz respeito à relação entre Estado e Igreja, e se opôs abertamente aos princípios tomistas. A interpretação de Kelsen das influências tomistas sobre as contradições internas na obra de Dante é explorada e contestada por Conrad, *Dantes Staatslehre*, nota 11 *supra*, p. 45.

⁶⁶ Depois que o Index Papal apreendeu “A Monarquia” em 1881, a interpretação do texto centrou-se principalmente na tradição italiana e procurou definir a influência dos princípios tomistas sobre Dante e sua obra. Veja Finke, nota 27 *supra*, p. 1306. Ver também Conrad, *Dantes Staatslehre*, nota 11 *supra*, p.14, o qual claramente afirma que a influência mais forte na obra de Dante veio dos tomistas. Conrad afirma que Thomas era um verdadeiro instrutor de Dante e que a teoria do Estado de Dante segue claramente a filosofia do Estado tomista (ver *ibid.*, em 20-21, 36-37, 43-44), ignorando quaisquer desvios (ver *ibid.*, em 29). Para a ênfase renovada do tomismo na obra de Dante, ver Conrad, ‘Recht und Gerechtigkeit’, nota 11 *supra*, p. 59. Em contraste, pesquisas recentes constataram que as influências predominantes são aristotélicas e averroístas e que a obra de Dante difere substancialmente da de Thomas. Ver B. Nardi, *Saggi di filosofia dantesca* (1967); B. Nardi, *Dante e la cultura medieval*, editado por P. Mazzantini (1985); Gilson, nota 57 *supra*, em 210, 215, 220, 227, 234; Imbach e Flüeler, nota 5 *supra*, pp. 50-53; Imbach, ‘Dante Alighieri’, in. *Lexikon des Mittelalters* (1986), vol. 3, em 555; Miethke, nota 6 *supra*, pp. 157-158; Ogor, ‘Das gemeinsame Ziel des Menschengeschlechts em Dantes “Monarchia” und des Averroes Lehre von der Einheit des separan Intellekts’, 40 *Freiburger Zeitschrift für Philosophie und Theologie* (1993) 88; Conrad, *Dantes Staatslehre*, nota 11 *supra*, em 24-25, que havia indicado influências averroístas. Seguindo W. Ullmann, *Principles of Government and Politics in the Middle Ages* (1961), em p. 259-260, a visão de mundo de Dantes não é especificamente cristã, mas sim cósmica, porque seu Estado mundial depende de Deus, mas não da Igreja. Como o homem intelecto natural cria uma conexão direta entre Deus e o homem, a Igreja Católica e o Papa não precisam operar como mediadores.

se, em última análise, na filosofia helênica.⁶⁷ As seções obscuras, contraditórias da teoria do Estado de Dante, principalmente a doutrina da unidade, na qual Dante finalmente se baseia, conectam-se ao escolasticismo e às fontes cristãs. O progresso da filosofia contrasta com o impasse teológico. De acordo com Kelsen, “toda a concepção de Dante sobre os valores e a importância do Estado e de sua relação com o indivíduo, demonstra o espírito helênico. Ela está em forte contraste com aquelas doutrinas medievais, surgidas das teorias ascéticas negadoras da vida do cristianismo primitivo, que condenavam o estado de servir a um mero propósito terreno ou consideravam o Estado como um mal necessário, ou, na melhor das hipóteses, subordinavam o Estado à Igreja”.⁶⁸

Essa percepção pode ter influenciado os interesses seguintes de pesquisa de Kelsen. Parece que a Idade Média e grande parte de sua história jurídica já não o atraíam mais depois de seu trabalho sobre Dante. Em vez disso, ele busca o modelo ideal na filosofia, principalmente na filosofia antiga, em vez da história, que é algo que ele abordou por décadas. Além disso, a sociologia e a crítica política da ideologia também forneceram modelos para Kelsen, particularmente no tratamento de questões contemporâneas. Nunca mais Kelsen escreveria uma obra histórica com esse escopo. A história cumprira seu dever; ele poderia abandoná-la. Para o conjunto da obra de Kelsen, o valor de seu primeiro livro não pode ser subestimado. Ele esclareceu os interesses de pesquisas futuras de Kelsen. Ele renunciou seu interesse não apenas pela democracia, pela legitimação do poder e pelos sistemas internacionais de manutenção da paz, mas também pela franqueza argumentativa e pela crítica de suposições especulativas e das ideologias. A este respeito, o livro sobre Dante não é importante na obra de Kelsen, mas para a obra de Kelsen.

Recebido em 26/07/2022

Aprovado em 15/08/2022

Received in 26/07/2022

Approved in 15/08/2022

⁶⁷ Kelsen, nota 4 *supra*, p. 137 (também em *HKW*, nota 2 *supra*, vol. 1, 284).

⁶⁸ *Ibid.* Original: “*Schon die ganze Auffassung Dantes von dem Werte und der Bedeutung des Staates und von dessen Verhältnis zum Individuum atmet hellenischen Geist. Sie steht in einem deutlichen Gegensatz zu jenen, aus den asketischen lebensverneinenden Theorien des Urchristentums erwachsenden, mittelalterlichen Doktrinen, die den Staat als eine, irdischen Zwecken dienende Vereinigung völlig verdammt, oder ihn als notwendiges Übel betrachteten, oder bestenfalls ihn als minderwertig der Kirche unterordneten*”.